

1

Introdução

Este trabalho teve como motivação inicial a minha experiência em pesquisas sobre conjugalidade durante cinco anos, no grupo de pesquisa “Família e casal: estudos psicossociais e psicoterapia”, coordenado pela professora Terezinha Féres-Carneiro, na PUC-Rio. No primeiro momento desta experiência, fui bolsista de iniciação científica e, depois de graduada, fui bolsista de treinamento e capacitação técnica da FAPERJ. Ao longo desse período, foi possível perceber o quanto as questões conjugais influenciam o comportamento individual e o relacionamento humano em geral, evidenciados na clínica e na vida cotidiana.

O casamento traduz, pela sua história, a própria história da civilização ocidental. Cerimônia religiosa ou legal, arranjado ou por amor, por dinheiro, para procriar, para constituir família, entre outras concepções, o casamento é um termo polissêmico com significados que dependem da atmosfera sócio-cultural, do contexto familiar e das peculiaridades subjetivas dos cônjuges.

As décadas mais recentes foram marcadas por profundas mudanças nas relações familiares e amorosas em geral. Vários teóricos estudam essas transformações, ressaltando seus principais aspectos.

O mundo virtual e as novas tecnologias promoveram a comunicação global instantânea, de modo a aumentar a quantidade de relações interpessoais, mas reduzir a profundidade das mesmas. Inseridos no modelo econômico capitalista, que enfatiza a lógica do consumo irrefreável e a descartabilidade das mercadorias, os casamentos também se tornaram menos duradouros, os namoros mais efêmeros e o ficar ganhou projeção. Julgar o outro como um produto a ser escolhido por suas qualidades estéticas, para ser descartado rapidamente, é uma prática bastante corriqueira na sociedade atual. As crescentes ofertas no mercado de experiências amorosas causam a sensação de que a próxima será sempre melhor. Vigora a ideia de que a maior quantidade de relações representa sabedoria sobre a arte de amar. Contudo, o amor não vem acompanhado por garantias ou reembolsos (BAUMAN, 2004).

Os avanços da ciência desvincularam a sexualidade da reprodução com os métodos contraceptivos e, a reprodução da sexualidade, com a inseminação artificial e a fertilização *in vitro*. Segundo Giddens (1992), essa sexualidade plástica é uma característica do relacionamento puro, aquele que se mantém somente enquanto parece interessante para os parceiros. O sociólogo descreve a prevalência do “amor confluyente” na atualidade, em detrimento do “amor romântico”. O ideal do amor romântico, que pressupõe a qualidade de ser “único”, encontra-se na contramão das tendências conjugais contemporâneas. Segundo o autor, elas apontam para o amor confluyente ao evidenciarem relações mais igualitárias e menos idealizadas.

As variações nas relações de gênero contribuíram expressivamente para essa mudança de paradigma, sobretudo as conquistas femininas. O movimento feminista, com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e a busca de maior liberdade sexual, também influenciou e questionou as funções ditas femininas nas famílias. A mulher foi deslocada de um lugar predeterminado dentro de um modelo de casamento tradicional e conservador, tendo chance de expandir seus horizontes e ampliar suas possibilidades de ação no mundo. Desde então, conforme postula Heilborn (2004), constatou-se uma maior simetria entre casais e uma menor diferenciação entre os gêneros. Concomitante à ideologia igualitária, o movimento de liberação homossexual impulsionou relacionamentos qualificados por uma troca homoerótica, nos quais não se percebe hierarquia, mas maior flexibilidade entre as tarefas dos cônjuges, bem como maior liberdade individual.

Múltiplos arranjos conjugais proliferam-se atualmente. Imersos em uma realidade confusa, somos convidados a experiências amorosas novas e breves. Contudo, também procuramos alguma estabilidade e segurança, o que nos conduz a um paradoxo. Encontrar um equilíbrio entre apertar e afrouxar o laço conjugal é um desafio dos casais de nosso tempo. O amor conjugal encerra no seu interior uma contradição. A tensão provocada pelas forças reside em encontrar um ponto de apoio entre permitir o encanto de amar o outro e resguardar, simultaneamente, o amor por si mesmo. O enigma está na conciliação entre as duas unidades de um par.

Diferentes abordagens teóricas discutem o assunto, utilizando como parâmetro aspectos subjetivos, familiares, culturais e sociais para fundamentarem

suas perspectivas sobre a conjugalidade. O arcabouço conceitual originário das práticas que lidam ou já lidaram com questões relacionadas à convivência de casais foi descrito por Féres-Carneiro e Diniz Neto (2008) em quatro períodos distintos.

Entre os anos trinta e sessenta do século passado aconteceu a fase inicial que dizia respeito ao aconselhamento matrimonial, seguida pelos primeiros estudos e metodologia psicanalíticos que versavam sobre a terapia de casal, desenvolvidos a partir dos anos quarenta do mesmo século. A terceira fase, demarcada desde meados dos anos oitenta do século vinte, foi denominada como um momento da terapia de casal fortemente influenciado pela perspectiva sistêmica. A quarta e atual fase é caracterizada pela articulação de diversas escolas e, por meio dessa inter-relação, consubstancia-se o referencial teórico e prático sobre as relações conjugais.

As teorias da psicanálise focalizam predominantemente o indivíduo em sua subjetividade, munindo-nos de artifícios para a compreensão de que o relacionamento amoroso tem sua origem arrolada às relações com a família de origem e, especialmente, com os pais. A constituição de um indivíduo percorre a comunicação inconsciente desenvolvida ao longo de sua vida, manifestando-a, conseqüentemente, durante a convivência conjugal. As experiências da infância cumprem ampla influência na posterior história do casal.

Dentre os principais representantes da psicanálise de casal e família encontram-se: Eiguer (1984), que relata a trama amorosa como uma superposição de duas relações de objeto as quais refletem a representação inconsciente do casal parental ascendente. Lemaire (1988), que sustenta que o laço conjugal se dá por meio de zonas limítrofes das subjetividades dos parceiros, de porosidades inconscientes mal definidas de cada um. Willi (1978), que também define a conjugalidade como um jogo inconsciente não confessado, caracterizando a união através de conflitos infantis não solucionados pelos cônjuges.

As figuras parentais e familiares transmitem informações conscientes e inconscientes, reais e fantasiosas, prazerosas e dolorosas. Enfim, a herança psíquica traz consigo uma bagagem extensa que emergirá futuramente na experiência amorosa do indivíduo. A literatura sobre transmissão psíquica aponta para a possibilidade de os cônjuges estruturarem sua relação com base em questões conflituosas e não superadas das famílias de origem, dificultando-a de tal

forma que a separação mostra-se inevitável (WILLI, 1978). Em direção oposta, o casal pode optar por enfrentar os conflitos, revivendo emoções regressivas e tendo a oportunidade de solucioná-los na experiência atual (PINCUS & DARE 1981).

Segundo Benghozi (2000), existiriam dois caminhos para a transmissão psíquica: transmissão psíquica intergeracional e transmissão psíquica transgeracional. A primeira remete aos conteúdos que puderam ser processados de forma elaborada e, a outra, seriam informações não metabolizáveis, ou seja, algo da ordem do inefável, daquilo sobre o que não se fala. Todo esse material também é transmitido, encontrando-se, entretanto, em estágios não conscientes.

A herança psíquica transmitida na relação familiar de cada cônjuge funcionará como um eixo importante na construção do enredo conjugal. O casal compartilhará as bagagens geracionais individuais, na empreitada de processá-las e transformá-las em um novo projeto comum aos dois. O conceito de conjugalidade pode ser entendido como a dinâmica da identidade conjugal, a forma que o casal encontra de ser um, sendo dois, e ser dois, sendo um. (FÉRES-CARNEIRO, 1998). Ela é uma terceira dimensão intersubjetiva que depende de um intervalo temporal, emerge de duas individualidades e “implica o entrelaçamento de dois ‘eus’, duas subjetividades, na direção da constituição de um terceiro eu, uma identidade compartilhada” (MAGALHÃES, 2009).

Ao vínculo conjugal está acoplado um intercâmbio inconsciente entre os membros do casal e a saúde emocional dos parceiros depende sobremaneira do nível de elaboração e discriminação desses conteúdos psíquicos em jogo. O modo como eles experienciam e significam a relação da qual fazem parte varia na medida da compreensão sobre as complexas trocas intersubjetivas.

Contudo, sem desconsiderar as subjetividades e sua herança inconsciente, o reconhecimento de que somos seres sociais e da importância de focar qualidades ideológicas, étnicas, geográficas, políticas, econômicas e culturais, direcionaram a atenção para contextos mais amplos das relações conjugais. De acordo com Féres-Carneiro e Diniz-Neto (2008), desde os anos oitenta, as críticas pós-modernas advindas da visão construtivista opõem-se a um realismo objetivo e sugerem uma abordagem da realidade socialmente construída. A partir daí, o terapeuta abandona um lugar de especialista e passa a ser um colaborador no desvendamento de significados que os próprios cônjuges dão a sua relação. As narrativas e a linguagem ganham destaque, abrindo a possibilidade de

ressignificação do relacionamento, seus possíveis conflitos e questões, assim colaborando para sua transformação.

Entre modelos antigos que permanecem, modelos atuais que vigoram e novos modelos que se proliferam, as concepções sobre o casamento são múltiplas e crescentes. Modelos individuais parecem refletir significados culturais mais vastos que delineiam as relações amorosas de acordo com as contingências e os interesses de seu tempo.

No intuito de pesquisar sobre significação e concepção das relações conjugais, alguns estudos da Linguística Cognitiva¹ identificaram construções metafóricas que caracterizam a experiência amorosa. George Lakoff – um dos fundadores da Linguística Cognitiva e professor da Universidade da Califórnia – e Mark Johnson – filósofo cognitivo, professor e coordenador do Departamento de Filosofia da Universidade de Oregon – defendem a tese de que a metáfora não é apenas uma figura de linguagem, uma ferramenta literária restrita a ornamentar narrativas e poesias. Sua função meramente retórica e impressionista, calcada em uma orientação objetivista clássica (JOHNSON, 1987), é questionada pela Linguística Cognitiva. Ela adquire estatuto cognitivo e epistemológico, sendo

¹ A Linguística Cognitiva é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas não como se fossem entidades autônomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceitual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual. São temas de especial interesse da Linguística Cognitiva os seguintes: as características estruturais da categorização linguística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais), os princípios funcionais da organização linguística (iconicidade e naturalidade), a interface conceitual entre sintaxe e semântica, a base pragmática e ligada à experiência da linguagem-no-uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceituais). A Linguística Cognitiva surgiu nos finais da década de 70 e princípios da de 80, impulsionada, por um lado, pelo interesse pelo fenômeno da significação (já evidenciado, aliás, pelo movimento da Semântica Gerativa, mas, ao contrário deste, fora da tradição gerativa) e, por outro, pela investigação psicolinguística de Eleanor Rosch sobre o papel fundamental dos protótipos no processo de categorização. Só em 1990 é que se institucionaliza, com a criação da "International Cognitive Linguistics Association", da revista "Cognitive Linguistics" (dirigida por Dirk Geeraerts) e da coleção "Cognitive Linguistics Research" (editada por René Dirven e Ronald Langacker e publicada por Mouton de Gruyter). Os representantes principais da Linguística Cognitiva são os norte-americanos (da Califórnia) George Lakoff e Leonard Talmy.

reconhecida como um princípio de compreensão humana que subjaz à vasta rede de significados literais que se inter-relacionam (JOHNSON, 1987).

Os cientistas cognitivos compartilham da crítica ao dualismo cartesiano ocidental, concordando em três principais pressupostos: a mente é inerentemente corporificada e imaginativa; a maior parte dos pensamentos são inconscientes; abstratos conceituais são em grande parte metafóricos (LAKOFF, 1987).

No livro *Philosophy in the Flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*, Lakoff e Johnson (1999) propõem o conceito de *embodiment*, podendo ser traduzido como “corporificação”. Nesse sentido, psique e soma não são independentes, a mente não está fora do corpo como se acreditava, e a razão origina-se da experiência corporal, da capacidade neural de nossos cérebros e das peculiaridades de nossas funções cotidianas no mundo. A escolha dos teóricos segue a tentativa de uma sistematização das teorias existentes atualmente, pretendendo considerar os três lados do triângulo: linguagem – cognição – cultura.

Segundo o paradigma cognitivista, a vasta rede conceitual humana ancora-se em vivências sensorio-motoras e de cunho social. Toda essa sorte de experiências é estruturada nos moldes de bases de conhecimento estáveis, a partir das quais se desenvolve a linguagem. Esses padrões armazenados são comuns à espécie humana e operam por meio de mecanismos cognitivos.

Não raro, recorreremos a vocábulos derivados de uma determinada dimensão da vida e atribuímos a ele nova função, outro desempenho a ser inscrito em nossas atividades cotidianas. A metáfora conceitual pode ser compreendida como função estruturante do pensamento, inerente ao modo como imaginamos e racionalizamos. Desde então, a linguagem torna-se secundária e os novos estudos sobre metáforas demonstram uma crescente eficácia analítica.

Como ressaltam Lakoff e Johnson (1980), as ideias que governam o pensamento não são apenas questões de intelecto, mas conduzem as nossas ações mais simples até as mais complexas. As atividades cotidianas são atravessadas por essa operação cognitiva fundamental que organiza e sistematiza a realidade, demonstrando que muito do que fazemos todos os dias é uma questão de metáfora. Contudo, ela não funciona somente como um produto estável e invariável, mas é flexível e se transmuta de acordo com o contexto cognitivo, cultural e situacional dos falantes.

Uma recorrente projeção metafórica desse tipo, realçada por Johnson (1987), é ilustrada pela proposição que afirma que a aparência física corresponde à força física. Os exemplos são evidentes quando eventualmente atribuímos a características físicas, sensações provenientes de experiências de força, como ocorre nas seguintes sentenças: ‘Ela é muito atraente.’; ‘Sua beleza é devastadora.’; ‘Ela está radiante.’; ‘Você está estonteante.’; etc. Os adjetivos utilizados nas frases são, originalmente, interações físicas, de cunho sensorial, mecânico. Ao adotarmos novos usos para esses termos, engendramos necessariamente novos significados e novas realidades a partir deles.

A forma como falamos, pensamos, imaginamos e sentimos, constrói e é construída por meio de metáforas conceituais, como por exemplo: ‘saber é ver’, ‘teorias são construções’, ‘ideias são recursos’, ‘tempo é dinheiro’, ‘a vida é guerra’. Com efeito, as relações humanas também o são. As relações amorosas, em especial, são conceituadas e experienciadas por meio de diferentes construções metafóricas. Kövecses (2000) lista algumas das que concebem um relacionamento como sendo: uma guerra, um jogo, uma prisão, um investimento econômico, uma viagem, uma união de duas partes complementares, uma construção.

Ao serem compreendidas como viagens, Lakoff (1997) mapeia as analogias estabelecidas entre o domínio fonte (viagem) e o domínio alvo (relação amorosa): “os amantes correspondem aos viajantes; a relação amorosa corresponde ao veículo; os objetivos comuns dos amantes correspondem aos destinos comuns da viagem; dificuldades na relação correspondem aos obstáculos da viagem”. As sentenças a seguir ilustram claramente este mapeamento, referindo-se à metáfora conceitual principal: “Nossos caminhos se cruzaram e hoje seguimos pela mesma estrada.”; “Esse caso já foi longe demais.”; “Estamos num beco sem saída.”; “Precisamos superar essa fase para seguirmos adiante.”; “Já é tarde para voltarmos atrás.”. A compreensão destas afirmativas acontece somente por compartilharmos o mesmo mapa de metáforas que vigora como pano de fundo estruturante.

Outro desdobramento metafórico, amplamente referido às relações amorosas, é estabelecido entre união não física e união física ou biológica (KÖVECSES, 2000). Unir-se é tornar-se uno, um. Novamente, adequamos uma instância concreta para conceituar uma esfera abstrata, como demonstrado na

seqüência: “Ela é a minha cara-metade.”; “Nos encaixamos direitinho.”; “Eles resolveram se separar.”; “Nos uniremos em matrimônio.”

Algumas das metáforas citadas foram desvendadas em uma pesquisa realizada por Quinn (1987). Foram entrevistados onze casais americanos casados, homens e mulheres separadamente. A entrevista incluía o relato sobre as expectativas e a história do relacionamento. Algumas conceituações merecem destaque, tal como a que afirma que o casamento é uma união durável entre duas pessoas. Os sujeitos que concebiam essa proposição para relatarem suas experiências, descreveram seus parceiros como uma parte apropriada, uma peça de encaixe, a metade perfeita. Pode-se inferir que a percepção destes entrevistados aproxima-se das categorias de completude, “único” e “para sempre”, presentes na visão idealizada de amor romântico, analisada por Giddens (1992).

Outra proposição metafórica, identificada por Quinn (2000), avaliava o casamento como sendo um investimento. Os sujeitos que recorreram a essa metáfora, qualificaram sua relação como uma busca por benefícios mútuos, como um arriscado esforço que pretende certo tipo de retorno compensatório. Pode-se traçar um paralelo entre esta metáfora e a ideia de “relacionamento puro”, descrita por Giddens (1992), como um relacionamento amoroso no qual as pessoas envolvidas permanecem juntas na medida em que se percebem satisfeitas em suas necessidades. Esta forma flexível de se relacionar foi reconhecida, por Bauman (2004), como uma provável extensão metafórica do domínio das relações mercadológicas para o domínio das relações amorosas, na qual o investimento emocional é igualado ao investimento financeiro. Os parceiros, portanto, sustentariam a relação enquanto estivessem sendo retribuídos na mesma medida de seus esforços.

A aproximação entre a Linguística Cognitiva e a psicanálise já vem sendo realizada por alguns pesquisadores. Dentre eles, os que merecem maior destaque são Modell (1997b, 2000, 2003, 2005, 2007, 2009) e Casonato (1994, 1998, 2001a, 2001b, 2003, 2006). Ambos tentam empreender a incorporação de conceitos como a metáfora e a mesclagem conceituais à teoria psicanalítica.

O crescente interesse por pesquisas nas áreas da psicologia cognitiva e da neurociência e, sobretudo, a escassez de trabalhos que promovam o diálogo entre essas áreas do saber e os estudos sobre casais motivaram o desenvolvimento desta dissertação. Diante da atualidade marcada pelas múltiplas formas de se viver um

casamento, estudar as metáforas conceituais, que significam essas experiências diversas, tem por meta favorecer o esclarecimento mais aprofundado sobre essas relações.

Esta dissertação tem, portanto, uma proposta interdisciplinar na medida em que articula a literatura e a pesquisa com casais aos conceitos da Linguística Cognitiva. Para tanto, foi inicialmente apresentada uma breve exposição de estudos sobre o casamento contemporâneo no próximo capítulo. No terceiro capítulo, foram introduzidos alguns conceitos da Linguística Cognitiva, principalmente o da metáfora conceitual, por meio de uma abordagem didática e com limitações acerca do seu grau de aprofundamento. Vale ressaltar que a produção nesta área de conhecimento é muito mais extensa e complexa do que o que foi possível aqui apresentar.

Assim, o objetivo geral desse estudo foi identificar e analisar as metáforas conceituais presentes no discurso sobre o casamento. Como objetivo específico, pretendeu-se comparar os discursos de homens e mulheres, destacando semelhanças e diferenças entre os gêneros. Foi realizada uma pesquisa com a amostra de conveniência composta por seis sujeitos independentes, três homens e três mulheres, que se denominaram casados, heterossexuais e pertencentes às camadas médias urbanas. Não foi condição prévia que os entrevistados mantivessem uma união reconhecida legalmente. A faixa etária dos participantes variou de trinta e cinco a cinquenta anos de idade e o período de vida conjugal com coabitação foi de, no mínimo, dez anos. O roteiro oculto da entrevista contemplou, como temas gerais, *a história da relação amorosa, as motivações e as expectativas iniciais e atuais, as dificuldades e os esforços*, tal como percebidos pelos entrevistados.

Na clínica, deparamo-nos frequentemente com o tema da relação amorosa nas formas de casamento, de separação e de recasamento. Temos encontrado também um número, cada vez maior, de diferentes modos de vivenciar essa sorte de experiências. Pacientes e terapeutas estão constantemente fazendo uso de projeções metafóricas durante as sessões clínicas. As teorias psicológicas que embasam essa prática também são construídas por meio de conceitos metafóricos. Assuntos relativos a estados emocionais e angústias conjugais são abordados e interpretados nesses termos. Casamento é um tema sobre o qual a implicação da análise metafórica parece ser relevante para demonstrar sua eficácia analítica. É

de suma importância que o profissional seja consciente da escolha de suas metáforas para que esteja apto a desvendar as concepções do paciente, bem como evitar pré-julgamentos e possíveis tentativas de enquadrá-lo em seus próprios referenciais, sejam eles teóricos ou pessoais.